

# ANGOLA

## REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado:	<b>José Eduardo dos Santos</b>
Chefe de Governo:	<b>António Paulo Kassoma</b>
Pena de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>18,5 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>46,5 anos</b>
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	<b>220/189 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>67,4 por cento</b>

O governo continuou a assumir o compromisso de providenciar habitação social. Porém, continuaram os despejos forçados, incluindo uma das maiores acções do género dos últimos anos. Houve relatos de execuções extrajudiciais, uso excessivo da força, detenções arbitrárias e tortura e outras formas de maus-tratos por parte da polícia. As organizações de defesa dos direitos humanos foram menos intimidadas, embora os jornalistas tenham sido perseguidos e julgados por causa do seu trabalho.

### Antecedentes

Em Setembro, o presidente José Eduardo dos Santos comemorou 30 anos como chefe de Estado. As eleições presidenciais previstas para 2009 foram novamente adiadas até à aprovação de uma nova Constituição. Foram propostos três modelos constitucionais, que foram submetidos a debate público. Um dos modelos permitia que o presidente fosse eleito de forma directa pelo Parlamento. Até ao final do ano não tinha sido adoptado qualquer dos modelos. Em Dezembro, o presidente José Eduardo dos Santos anunciou que as eleições provavelmente não seriam realizadas nos próximos três anos.

As fortes chuvas do início do ano causaram inundações em muitas partes do país. Dezenas de milhares de pessoas ficaram sem casa, incluindo cerca de 25 mil pessoas na província do Cunene, no Sul do país, em Março.

Em Setembro, Angola chegou a acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a concessão de um empréstimo de até 890 milhões de dólares.

### Direito a uma habitação adequada – despejos forçados

Em Julho, o governo anunciou que alguns materiais de construção importados seriam isentos de impostos para tornar a habitação mais acessível aos pobres. No mesmo mês, foi anunciado que os EUA iriam emprestar 400 milhões de dólares a Angola para ajudar a construir um milhão de casas para os pobres nos próximos cinco anos.

Apesar destas iniciativas, os despejos forçados continuaram. Em Julho, mais de 3000 famílias (cerca de 15 mil pessoas) foram despejadas à força dos bairros de Bagdade e do Iraque, em Luanda. Estes despejos ocorreram numa escala superior aos realizados nos últimos anos. Os responsáveis governamentais justificaram as suas acções, afirmando que as pessoas despejadas à força tinham ocupado ilegalmente e construído casas em terrenos reservados pelo governo para desenvolvimento. Porém, algumas das pessoas despejadas afirmaram que a sua presença era legal. Registaram-se igualmente despejos forçados na província de Benguela, e dezenas de milhares de famílias continuavam em risco de serem despejadas à força no resto do país.

## Polícia

A polícia continuou a violar os direitos humanos, incluindo através do uso excessivo da força e das execuções extrajudiciais. Poucos agentes de polícia foram levados a julgamento e havia poucas informações sobre as acções levadas a cabo contra agentes envolvidos em violações dos direitos humanos no passado.

■ No final de Janeiro, um agente de polícia da província do Namibe perseguiu e matou a tiro Roberto Yava Chivondu quando este se dirigia para casa de moto. O polícia mandou-o parar, mas ele não parou. A mulher e a sobrinha de Roberto Yava Chivondu, que também seguiam na moto, sofreram ferimentos ao cair quando ele foi alvejado. O agente, que alegadamente já teria morto outra pessoa num incidente anterior, foi condenado pela morte de Roberto Yava em Junho pelo Tribunal Provincial do Namibe, e sentenciado a 20 anos de prisão.

■ Em Agosto, um agente de polícia da cidade do Lobito, na província de Benguela, alvejou Jorge Euclia no abdómen durante uma operação policial para prender um grupo de jovens suspeitos. O agente disparou três tiros contra Jorge Euclia quando ele tentou impedi-lo de bater no seu irmão. Jorge Euclia foi internado nos cuidados intensivos, mas sobreviveu. O Comandante da Polícia Provincial de Benguela afirmou que Jorge Euclia não tinha sido alvejado pela polícia, mas antes por um dos suspeitos. Não foi aberta qualquer investigação e ninguém foi responsabilizado pelos disparos.

■ Teve início em Setembro, no Tribunal Provincial de Luanda, o julgamento de sete agentes de polícia acusados de matar oito jovens no Largo da Frescura, em Luanda, em Julho de 2008. O julgamento prosseguia no final do ano.

## Detenções arbitrárias, tortura e outras formas de maus-tratos

Foram denunciados vários casos de detenções arbitrárias por parte da polícia. A maior parte das detenções foram acompanhadas por uso excessivo da força. A polícia foi ainda acusada de torturar e maltratar detidos na província da Lunda Norte.

■ A 1 de Abril, quatro membros da Comissão do Manifesto Jurídico Sociológico do Protectorado da Lunda Tchokwe, na província da Lunda Norte, entregaram um manifesto no comando da polícia em Cuango. Segundo as informações, os quatro homens – Calixto Kulunga, Modesto Timóteo, Bento Majimo e Zeferino Rui Muatxingo – foram detidos e espancados pela polícia para revelarem os nomes e moradas dos outros membros da Comissão. Cerca de 270 pessoas que foram identificadas pelos quatro homens foram de seguida detidas. A maior parte dos detidos foi libertada. No entanto, os quatro homens e cerca de 30 outros membros da Comissão permaneceram detidos na Prisão de Conduege, Lunda Norte, onde foram alegadamente torturados. Deviam ter sido julgados em Novembro por crimes contra o Estado, mas o julgamento foi adiado.

## Defensores dos direitos humanos

Em Março, o Tribunal Constitucional decidiu que não tinha competência para julgar o processo contra a Associação Justiça, Paz e Democracia. O processo visava encerrar a associação, porque os seus estatutos fundadores violavam a Lei angolana. O Tribunal Constitucional remeteu o caso para o Supremo Tribunal para adjudicação.

## Liberdade de expressão – jornalistas

Os jornalistas continuaram a enfrentar perseguições sob a forma de processos judiciais e outras restrições. Pelo menos três jornalistas foram acusados de abuso da liberdade de imprensa, e um outro foi condenado com pena suspensa por difamação. O passaporte do

editor do jornal *Folha 8* foi apreendido quando este tentava viajar para a Namíbia, em Maio. Foi-lhe dito na altura que o seu nome estava incluído numa lista de pessoas proibidas de sair do país.

■ Em Julho, o director do jornal *A Capital* foi convocado para interrogatório pela Polícia Criminal, por suspeita de "atacar a honra e a dignidade do chefe de Estado", o que é considerado crime. A acusação foi baseada numa queixa do Gabinete do Procurador do Ministério Público relacionada com um artigo publicado no jornal criticando o presidente. Até ao final do ano não havia qualquer decisão sobre o caso.

■ Também em Julho, o Tribunal Provincial de Luanda condenou o jornalista Eugénio Mateus a três meses de prisão com pena suspensa por difamar as forças armadas. A acusação foi baseada numa queixa apresentada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército por causa de um artigo escrito por Eugénio Mateus em 2007 criticando o Exército por, entre outras coisas, consumo excessivo de álcool.

## Província de Cabinda

Continuaram a registar-se confrontos esporádicos na província de Cabinda entre as forças armadas de Angola e a ala militar da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

■ Em Março, começou o julgamento de cinco indivíduos acusados de crimes contra o Estado na província de Cabinda em 2008. Em Maio, quatro foram absolvidos e um foi condenado a 18 meses de prisão por posse de armas de fogo. Foram todos libertados, incluindo aquele que foi condenado, devido ao tempo que já tinha passado em prisão preventiva.

■ Em Agosto, o prisioneiro de consciência José Fernando Lelo foi libertado após ter sido absolvido num pedido de recurso para o Supremo Tribunal Militar, o qual considerou não existirem provas suficientes para manter a sua condenação. Em Setembro de 2008, o Tribunal Militar de Cabinda tinha-o condenado a 12 anos de prisão por crimes contra a segurança do Estado e incitamento à rebelião. Também em Agosto, o Supremo Tribunal Militar aumentou para [actualizar] as penas de cinco soldados condenados juntamente com José Fernando Lelo em Julho de 2008. Os cinco tinham sido condenados a 13 anos de prisão por tentativa de rebelião armada e outros crimes militares.

## Direitos dos migrantes

As autoridades continuaram a expulsar migrantes indocumentados, principalmente cidadãos da República Democrática do Congo (RDC). Contudo, muitos daqueles que foram expulsos alegaram ter direito a permanecer em Angola. No final de Setembro, as autoridades da RDC começaram a expulsar cidadãos angolanos como retaliação (ver entrada da RDC).

As expulsões em massa foram levadas a cabo em condições deploráveis e acompanhadas por violações dos direitos humanos, incluindo violência física e por vezes sexual por parte das forças armadas. Um grande número de pessoas foram transportadas até à fronteira em veículos sobrelotados, e havia relatos de pessoas que morreram asfixiadas. Muitos familiares, incluindo crianças, foram separados durante as expulsões, e os deportados foram abandonados em zonas remotas sem comida nem abrigo. Refugiados de ambos os países foram afectados por estas expulsões.

Em Outubro, ambos os países acordaram parar com as expulsões. O governo angolano trabalhou em conjunto com uma comissão interdepartamental da ONU para resolver a crise humanitária nas províncias do Uíge e Zaire. Não havia conhecimento de que tivessem sido tomadas medidas contra os responsáveis pelas violações dos direitos humanos que ocorreram durante as expulsões.

## Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

☞ Os vistos pedidos pela Amnistia Internacional em Outubro de 2008 não foram concedidos. Em Outubro de 2009, a Amnistia Internacional apresentou um novo pedido de vistos, mas estes ainda não tinham sido concedidos no final do ano.

☞ Injustos, ilegais, inaceitáveis: os despejos forçados em Angola (AFR 12/002/2009)

☞ Angola: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU (AFR 12/005/2009)